

## **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI**

*Maria Goretti da Costa Tavares\**

### **RESUMO**

O presente artigo discute as transformações no processo de formação territorial no estado da região amazônica. Apresentando como objetivos centrais a geograficidade das missões religiosas, a política pombalina e o valor simbólico das formas espaciais, a herança africana na Amazônia, a economia da borracha e as reorganização do território a partir da segunda metade do século XX e as perspectivas para o século XXI. Identificando-se que a região foi conquistada e ocupada pelos portugueses do século XVII a XIX, que se utilizaram de várias estratégias de ocupação do território – as fortalezas, as missões religiosas, a política pombalina, em seguida a economia da borracha. No século XX ocorre a mudança de estratégia de circulação dos rios para as rodovias, que resulta no século XXI, em um espaço regional marcado pelas contradições socioeconômicas e ambientais decorrentes do modelo histórico e espacial de desenvolvimento excludente.

**Palavras-chave:** Amazônia; formação territorial; herança africana.

### **ABSTRACT**

This article discusses the changes in the process of territorial constitution of Amazon region, featuring as main objectives the geographicity of religious missions, the Politics of Pombal government and the symbolic value of spatial forms, the African heritage in Amazon, the rubber economy and the reorganization of the territory from the second half of twentieth century and perspectives for 21st century. We identify that this region was conquered and occupied by the Portuguese between the seventeenth and nineteenth century, when they used various strategies for occupying the territory - fortress, religious missions, the policy of Pombal and after that the rubber economy. In the twentieth century, the strategy of circulation through Amazon rivers gives place to roads, which results in a region marked by socioeconomic and environmental contradictions, as consequences of the historical and territorial model of an excluding development.

**Key Words:** Amazon Region, territorial formation; African heritage.

### **1. De que Amazônia falamos?**

Para tratarmos de Amazônia uma primeira pergunta é necessária, de que Amazônia tratamos ?? Podemos tratar da Amazônia a partir dos vários conceitos, tais como o político-administrativo, o econômico, o da Amazônia Sul Americana. Podemos então falar de uma Amazônia brasileira e de uma Pan-Amazônia.

Com o conceito político-administrativo estamos nos referindo ao conceito de Região

Norte, o conceito econômico refere-se a Amazônia Legal, estabelecida na década de 50 para o novo planejamento de integração territorial da região, e o conceito de Pan-Amazônia refere-se a Amazônia Sul-Americana, que integra parte do território dos países limítrofes da Amazônia brasileira.

A PAN- AMAZÔNIA apresenta relevante potencial geopolítico e econômico, pois representa

- 85% da região em território

\* Doutora em Geografia. Professora da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará.

brasileiro;

- 61% do território brasileiro;
- 5 milhões de Km quadrados;
- 22% da reserva florestal do planeta;
- 20% da água doce disponível na terra;
- 45 % do potencial hidrelétrico brasileiro;
- 09 estados brasileiros e oito países da América do Sul (potencial geopolítico)

## **2. As Estratégias de Ocupação do território – séculos XVII e XVIII**

Far-se-á aqui uma breve discussão de como foi possível a apropriação deste imenso território, primeiro pelos portugueses do século XVII a meados do século XIX e depois pelos brasileiros.

### **1.1. A fundação de Belém e o controle do grande rio-mar – século XVII**

No período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), inicia-se a ocupação militar na embocadura do rio Amazonas, com a fundação de Belém, em 1616. Era época das invasões holandesas, francesas e inglesas no Nordeste, mais precisamente no Maranhão e Pernambuco, principal área de produção de açúcar. Além disso, havia a disputa pelo domínio do território das drogas do sertão, tais como a canela, o cravo, o anil, as raízes aromáticas, as sementes oleaginosas, e a salsaparrilha, que os estrangeiros tentavam apoderar-se; por essa razão fazia-se necessário ocupar e defender o território próximo a essa área. É o momento da fundação de São Luís do Maranhão (1615), Belém do Pará (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665), que constituíam-se em núcleos de apossamento do território:

*"A política portuguesa, visando ao exercício de sua soberania no mundo físico-político imenso que estava criando, firmou-se com a ereção de pequenas fortificações, que representavam o poder militar dos portugueses e asseguravam o exercício de sua soberania com maior segurança. O fortin do Presépio construído em 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco e origem do núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, foi o*

*início dessa política de fortificações" (REIS, 1984)*

Outra estratégia para assegurar a posse do território foi a criação de unidades político-administrativas, como os Estados. Nesse sentido, em 1621, cria-se o Estado do Maranhão e Grão Pará, com sede em São Luiz. Em 1751, dada a importância econômica e política de Belém, cria-se o Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede em Belém. Em 1774, o Estado passa à condição de Capitania, como parte do Estado do Brasil. Apesar disso, manteve os vínculos administrativos diretos com Portugal até 1822.

A segunda vila fundada no Pará no século XVII foi a Vila de Cametá, em 1633, como descreve Theodoro Braga:

*"Doadas aquellas terras tocantinas em dezembro de 1634 por Francisco Coelho de Carvalho, 1º Governador e Capitão General do Maranhão, ao seu filho Feliciano Coelho, fundou este a povoação, dando-lhe o nome de Villa Viçosa de Santa Cruz de Cametá" (BRAGA, 1915, p. 52)*

Em 1634, Cametá passa à condição de Capitania, sendo anulada a concessão feita a Feliciano Coelho de Carvalho. Em seguida, em 1636, é criada a Capitania do Cabo Norte, onde mais tarde se fundou a vila de Macapá, (1752). Em Gurupá, local no qual holandeses e ingleses haviam se estabelecido antes da fundação de Belém, foi fundada uma fortificação em 1623, que deu origem a um povoado, elevado à categoria de vila em 1639.

Bragança foi a quarta vila criada no território paraense, sendo mais antiga que Cametá e Gurupá, pois suas origens remontam ao ano de 1622, quando foi concedida sesmaria a Gaspar de Souza, que aí fundou o povoado de Vera Cruz do Gurupy. Posteriormente foi transferido e fundado o sítio do núcleo como vila no lugar atual (1663).

No contexto das ações para garantir a posse e estender o território conquistado pelos portugueses, no período de 1636-37 ocorre a expedição de Pedro Teixeira, subindo o rio Amazonas até Quito, no Peru, que demarca o território, através da fundação de fortes ao longo do rio Amazonas e do reconhecimento da potencialidade de recursos da nova região que se

apresentava ao mundo europeu.

No final do século XVII já haviam sido criadas duas capitanias da Coroa: Pará e Gurupá, além de cinco capitanias particulares: Cameté, Cayté, Joannes e Cabo Norte, no Pará e Cumá no Maranhão. É o momento de expulsão dos holandeses, ocorrendo uma violenta campanha de intimidação contra os indígenas, a fim de desestimular qualquer tentativa de aliança com os estrangeiros.

## 1.2. As missões e o controle territorial - Sec. XVIII

Durante o século XVIII ocorre, o que Lia MACHADO (1989, p.28) denomina de "primeiro sistema de controle territorial", baseado na construção de fortins nos locais de concentração de população indígena, com o objetivo de capturá-los e impedir sua aliança com as nações européias, e na introdução de companhias religiosas com o objetivo de pacificar os indígenas.



Figura 1 - Mapa da Ocupação da Amazônia nos séculos XVI e XVII.

A área das missões ou “território das missões” foi dividida entre várias ordens religiosas: carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas, tendo sido a distribuição territorial das missões entre essas ordens, regulamentada pela Coroa a fim de evitar conflitos de jurisdição. Assim sendo, os jesuítas ficaram com o sul do rio Amazonas até a fronteira com as possessões espanholas, abrangendo os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira; os franciscanos da Piedade, ficaram com a margem esquerda do baixo Amazonas e centro de Gurupá até o rio Urubu; os franciscanos de Santo Antônio, com as missões do Cabo Norte, Marajó e Baixo Amazonas; os Mercedários com o vale do Urubú e os Carmelitas com o vale dos rios Negro, Branco e Solimões (Ibidem).

Dentre todas as ordens que atuaram no Vale Amazonas, a dos jesuítas foi a mais poderosa, pois a ela foi entregue a grande parte do poder de gestão da mão-de-obra (escrava) indígena.

Os missionários promoviam os “descimentos”, expedições que subiam os rios para convencer os índios a descerem de suas aldeias no rumo das missões. É importante ressaltar o caráter geopolítico, religioso e econômico deste período em que a conquista assentava-se no tripé: comércio de drogas do sertão – aldeamento – fortalezas.

### 1.1. **A Política Pombalina e o Valor Simbólico das Formas Espaciais (1750-77)**

Durante o século XVIII foram fundadas 62 freguesias (BARBOSA, 1976, p. 219-240), grande parte delas estabelecidas a partir das missões e aldeias administradas pelos missionários. Com a política pombalina essas missões passam à condição de vilas com a denominação de cidades portuguesas. As vilas criadas foram as seguintes: Abaetetuba (1750); Aveiros (1751); Macapá e Ourém (1752); Colares, Maracanã, Muaná, Salvaterra, Soure e Souzel (1757); Acará, Alenquer, Almerim, Chaves, Curuçá, Faro, Melgaço, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras, Portel, Porto de Moz e Santarém (1758); e Mazagão (1770), além de outras que foram consideradas povoados, devido à pequena população: Benfica, Monforte, Monsarás e

Vila do Conde (1757); e Arrayolos, Alter do Chão, Boim, Esposende, Fragoso, Pinhel, Pombal, Veyros e Vila Franca (1758). A transformação das aldeias e missões em vilas por ordem de Mendonça Furtado, consistiu na mudança de nome, substituindo-se os nomes indígenas pelo de cidades portuguesas. (ver Figura 3).

Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, foi o encarregado pelo governo colonial por reformas como: a execução do tratado de limites (1750); o estabelecimento da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará; o estímulo à agricultura de exportação (1755); a declaração da liberdade dos indígenas; o estímulo à miscigenação entre índios e portugueses; a expulsão dos jesuítas e de outras ordens religiosas e a introdução de escravos africanos para servir de mão de obra.

Nas terras próximas à capital era praticado o cultivo de cana-de-açúcar e numerosos eram os engenhos e as engenhocas destinados à fabricação de aguardente. Entre as novas lavouras estimuladas por Pombal encontravam-se o cacau, o anil, o café, o algodão, o arroz branco, o cravo. Foram inclusive chamados na Europa especialistas em alguns produtos como o anil. Apesar de alguns aperfeiçoamentos técnicos e de algumas inovações, as tentativas não alcançavam resultados duráveis: só a cacauicultura apresentou êxito, principalmente na região de Cametá e Santarém, chegando a se constituir no principal produto de exportação (ACEVEDO, 1985, p. 62-80)

A partir desse momento, configura-se um novo sistema de controle territorial que, “se apoiava em pelo menos quatro elementos: as fortificações; o povoamento nuclear; a criação de unidades administrativas; e o conhecimento geográfico do território” (MACHADO, op cit, p. 104).

A criação das vilas estava ligada à política pombalina de expulsão dos religiosos com confisco de seus bens pela Coroa, tendo sido a tutela dos indígenas retirada das ordens religiosas. É o momento da criação de novas unidades administrativas (em 1755 é criada a Capitania de São José do Rio Negro, tendo Barcelos como capital) e a incorporação das capitanias privadas

à Coroa.

A transformação das antigas missões em vilas foi somente formal, porque de fato o que ocorreu foi a desestruturação da organização produtiva dos religiosos. Em consequência, se verificou o esvaziamento populacional dos núcleos do vale do rio Amazonas e a permanência de uma população residual que subsistia por uma associação de economia de subsistência com a "economia natural" local.

As iniciativas pombalinas só tiveram êxito no que se refere ao estímulo à agricultura de exportação, principalmente a do cacau. No entanto, se comparado ao Nordeste e Sudeste, o êxito foi modesto. Contudo, permitiu uma expansão das atividades agrícolas no Baixo Tocantins, em que Cametá, se tornou o principal centro de cultivo de cacau.

- a) Localização de fortes em posições estratégicas, ao longo das fronteiras provisórias da colônias;
- b) Promoção das aldeias em vilas com nome de cidades portuguesas;
- c) Fundação de algumas pequenas cidades para abrigar colônias;
- d) A libertação dos índio convertidos em cidadãos portugueses;
- e) A execução do tratado de limites (1750);
- f) O estabelecimento da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e o estímulo à agricultura de exportação (1755);
- g) O estímulo a miscigenação entre índios e portugueses;
- h) a expulsão dos jesuítas e de outras ordens religiosas e
- i) a introdução de escravos africanos para servir de mão de obra.

### **2.3.1. A Herança Africana na Amazônia Brasileira**

Segundo Ferreira (2007) a introdução do negro na Região deu-se inicialmente nos séculos XVI e XVII, na costa do Amapá e na foz do rio Amazonas pelos ingleses para o funcionamento de engenhos clandestinos, na fabricação do açúcar e da aguardente.

Em 1692, A Coroa ajusta com a Cia. de Cacheu, a título de experiência, a compra de 145 negros destinados ao Pará. Como o negócio deu certo, El Rey ordenou que os escravos destinados às lavouras e aos engenhos seriam repartidos entre o Pará e o Maranhão. (Ferreira, 2007)

No entanto somente no período pombalino no em meados do século XVIII, com a fundação da Cia. Geral do Grão Pará Maranhão, é que se intensifica a importação da população africana para à Capitania do Grão Pará e Maranhão, isentos de impostos e taxas alfandegárias nas duas Capitanias. No Pará e no Maranhão os negros foram destinados, sobretudo para os canaviais e as lavouras de arroz e algodão

Segundo a autora no século XVIII, no período de 1757 a 1779, chegou à Capitania, 25.365 negros. Mas a introdução efetiva do africano no Pará, deveu-se ao governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para dar suporte à produção agrícola, uma vez que o braço do ameríndio não era suficiente para desenvolver a agricultura.

*"Chegam negros procedentes do grupo Banto: Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Moxicongo, Macua e Caçanje. Do grupo Sudanês: Mina, Mali ou Mai ou ainda Mandinga, Fula, Fulupe ou Fulupo, Bijojo ou Bixapô. Em 1753, aportam em Belém, os navios Nossa Senhora do Monte Carmo e São José com peças negras vindas de Bissau, destinadas a engenhos e lavouras. A Cia. Geral do Comércio do Gram Pará e Maranhão, criada em 1755 introduziu no Pará 14.749 escravos oriundos da África. Deste contingente muitos eram recambiados para o Mato Grosso. Em 1760, chega a Belém procedente dos portos da Guiné 140 negros de Cacheu."*

Em 1771, O governador do Pará Fernando da Costa Ataíde Teive mandou construir no Ver-o-Peso um lagamar com uma estância segura e independente para guarda dos escravos.

O tráfico prossegue no século XIX não só da África como do Brasil, e segundo Costa (2007), em 1822, (ano da Independência do Brasil) Belém possuía 5.719 escravos negros e 1.109 libertos

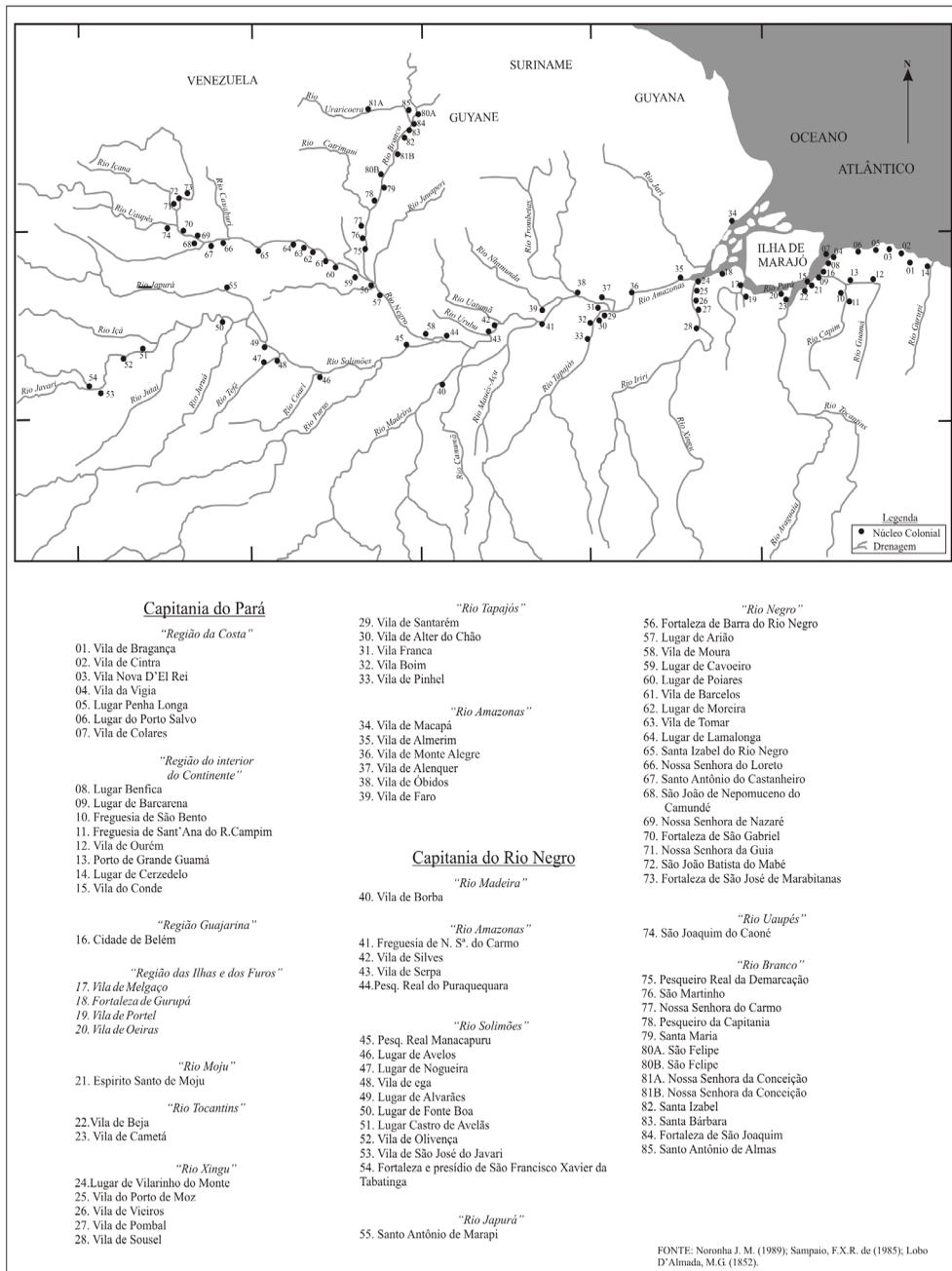


FIGURA 02 : Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)

entre pretos e mestiços. Enquanto que a partir do século XX em 1950, o Pará possuía 60.935 moradores classificados como pretos.

No que se refere à herança africana na Amazônia, e especificamente no espaço paraense, é possível identificar elementos marcantes no festejos religiosos, no linguajar, na alimentação e nas festas. Na cidade de Cametá localizada no rio Tocantins e sua região de influencia, em que foram concentradas as lavouras de cana e fazendas

de cacau no século XVIII, é possível identificar a realização de diversas festas resultantes desta tradição, tais como a Festa de São Tomé, São Benedito, Nossa Senhora da Conceição, São Jorge e Divino Espírito Santo.

No que se refere ao linguajar paraense é possível encontrar várias palavras resultantes da presença africana no Pará, tais como as relacionadas no quadro abaixo.

<b>PALAVRAS AFRICANAS</b>	<b>SIGNIFICADO EM PORTUGUES</b>
mocambeiro	escravo refugiado no mocambo;
tanga	cachimbo;
mucama	domésticos, criada de serviços
caçamba	alcatruz de nora, balde;
samburá	espécie de cesto
cabungo	urinol;
batuque e samba	danças;
caçula	filho mais novo, o último;
corcunda	costa, dorso;
gingar	andar bamboleando
guzo	força;
quitute	guisado, comida apetitosa;
senzala	casa de escravos, etc. etc

Quadro n. 1 – Palavras africanas e seu significado em português./ FONTE - Ferreira (2007)

No que se refere à música e à dança, pode-se citar o Bumbá Meu Boi, o lundu que tem origem dos negros bantos, de Angola, o carimbó, a capoeira (que para uns tida como defesa pessoal), o tambor de mina, o tambor de crioula, o batuque e o marambiré, além do tradicional samba.

A autora também destaca a presença dos mocambos, que eram os locais de refúgio dos negros fugitivos.

“No Pará, os mocambos espalharam-se, sendo o mais famoso o da povoação de Juaba, em

Cametá que tinha cerca de 300 escravos fugitivos... o mocambo do Cumá, em Alenquer, conforme o Censo de 1950 tinha um bairro negro, chamado Luanda, numa evocação de Angola, o qual possuía 4.000 habitantes, à época.”

#### **2.4. A economia da borracha e a reorganização do espaço paraense.**

A partir da Segunda metade do século XIX com a exploração da borracha, o quadro de

estagnação econômica do Pará começa a mudar. A economia da borracha na Amazônia embora seja propagada como um período áureo, na verdade não enriqueceu a região, pois o excedente do valor produzido localizava-se nas pontas do sistema, em Belém, inicialmente; Manaus; depois, cidades em que estavam localizadas as firmas exportadoras. E na Europa e nos EUA, sede das grandes firmas internacionais.

A utilização da borracha já era conhecida pelos indígenas Cambebes ou Omaguas, que ocupavam uma vasta área do Solimões-Maranon.

“os indígenas, extraíndo o látex das árvores locais que o produziam, preparavam bolas para jogos com que se divertiam, faziam sapatos, capas, couraças, utilizavam-no na farmacopéia para tratamento de hemorróidas, queimaram-no para iluminar as danças noturnas, ou dele se valiam para as flechas incendiadas que lançavam sobre as tabas inimigas por ocasião dos ataques nas guerras que se faziam. Havia, ainda, um uso interessante: o untamento dos recém-nascidos no látex para livrá-los do frio” (REIS, 1997, p. 80-81)

Os seringais localizavam-se na região das Ilhas, inclusive o Marajó, alcançando o rio Xingu, o Jari, o Capim, o Guamá, o Acará e o Moju. Áreas que logo se esgotavam em decorrência da precariedade do corte das árvores. Nesse sentido, logo buscam-se novas áreas de produção, adentrando a mata em direção aos rios Tapajós e Madeira.

Inicialmente, a elite paraense relutou em aceitar o deslanche da indústria extrativa da borracha, pois temiam que a mesma pudesse prejudicar as atividades agropecuárias e os habitantes locais. O receio da elite em relação à borracha, era decorrente da possibilidade de marginalização econômica local, uma vez que a base econômica da região era a propriedade da terra, que por sinal, não coincidiam com as áreas produtivas da hévea. Fato que explica por que no período colonial, o setor extrativo dependia mais do controle da mão de obra do que da propriedade da terra.

A exploração da borracha estava baseada no aviamento (sistema de crédito) que vai permitir

a expansão para o interior da floresta, fazendo com que o tamanho das sedes municipais oscilasse durante o período da estação seca (período de coleta) e da chuvosa (período de pouca coleta); além do que, não fomentava a agricultura e o mercado interno, já que o grosso das mercadorias eram oriundas de Belém.

No Pará, os municípios que mais se destacavam até a década de 1870 na exploração de borracha eram Breves, Anajás, Melgaço e Gurupá. Expandindo-se após este período para o oeste da região em direção ao baixo rio Xingu, baixo Tapajós e para o estado do Amazonas, em direção aos rios Solimões, Madeira, Purus e Juruá, que possuíam melhores condições de navegabilidade durante o ano do que o Xingu e Tapajós (que possuíam corredeiras e quedas d'águas).

Alguns condicionantes políticos, econômicos e sociais devem ser ressaltados como relevantes ao desenvolvimento da atividade gomífera na região, tais como: a demanda do mercado internacional pela borracha em decorrência do desenvolvimento tecnológico pós-revolução industrial; a descoberta da técnica da vulcanização, que permitiria a utilização do produto em qualquer temperatura; o incentivo à migração nordestina, que foi utilizada como a mão de obra; a implantação de um sistema de transporte a vapor que faria a interligação do interior com Belém e com a Europa; a implantação de firmas exportadoras e a construção de um porto que escoaria o produto para o mercado externo; e finalmente o sistema de aviamento, que permitiu o controle da mão de obra; a expansão de novos locais de exploração e o controle do excedente da produção nas pontas do sistema.

No que se refere ao transporte, em 1853 entra em funcionamento a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, de propriedade do Barão de Mauá, empresário importante do Brasil imperial. Mas, com a pressão do mercado internacional, a partir do ano de 1872, dá-se a abertura do rio Amazonas às nações estrangeiras, quando Belém passa a ser ligada até o porto de Liverpool, na Inglaterra por duas linhas de transatlântico e 31 barcos a vapor, que realizavam 350 viagens por ano entre Belém e o interior da região.

A migração dos nordestinos foi fundamental

para o sucesso do empreendimento, tendo a mesma se deslocado para a região por ocasião de uma grande seca no Nordeste em busca de terra para produzir e trabalho para sobreviver.

O centro comercial privilegiado neste período era Belém, já que Manaus era uma vila com pouco mais de cinco mil habitantes. Belém sofre um processo de renovação urbana, caracterizado por medidas higienizadoras e por medidas de controle social, tais como: instalação de asilos,

hospícios, leprosários e cemitérios na periferia da cidade; implantação de infraestrutura urbana, como: ajardinamento, linha de bondes, telefones, energia elétrica, rede de esgoto, abertura de vias largas, novos bairros e a construção do Teatro da Paz (rugosidade espacial deste período). A população da capital e do estado cresce três vezes mais em um período de poucos mais de quatro décadas (1872/1910).

QUADRO 2: Evolução da População da cidade de Belém e do Pará (1872-1910) - Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. 1908-1912, Vol. I. Território e População.

	1872	1890	1900	1910
PARÁ	275.237	328.455	445.356	783.845
BELEM	61.997	50.064	96.560	190.00

A partir do final do século XIX, a cidade de Manaus ganha maior importância política e econômica, devido à necessidade de um porto que realizasse o intercâmbio entre as áreas produtoras da Amazônia ocidental e a Europa. Com o desmembramento da Província do Amazonas do Pará, em 1852, Manaus torna-se a sua capital, também dotada de melhorias na infraestrutura urbana, como energia elétrica, calçamento e teatro.

As transformações SÓCIO-ESPACIAIS deste período tem que ser ressaltadas, tais como -

α) A transformação no espaço urbano de Belém e Manaus (calçamento, bondes, teatros, energia elétrica, portos, esgoto, mercado);

β) A formação de uma rede dendrítica (Corrêa, 1989) na região;

χ) A urbanização de alguns núcleos urbanos em função do estímulo à migração Nordestina (1900) - para trabalhar com a borracha e na agricultura para abastecer as cidades.

Uma questão emerge como significativa neste período: tendo circulado tanta riqueza, por que a região e a mesma não se desenvolveram? Em primeiro lugar é necessário que se ressalte que o sistema extrativo produziu uma estrutura social diversa - milhares de pobres e uma minoria rica, uma vez que a renda se formava pelo trabalho de muitos, mas se concentrava nas mãos de poucos - burguesia e seringalistas. Este fato é

explicado pelo fato de que não havia a circulação de dinheiro, mas só de borracha. Além do fato de que o excedente localizava-se na ponta do sistema: Belém, Manaus e mercado internacional, portanto não era incorporado pela região como um todo.

## 2. A (s) Amazônia (s) da Segunda metade do Século XX.

Segundo Gonçalves (2001) a organização do espaço amazônico pode ser explicada pela coexistência de dois padrões - O padrão Rio - várzea-floresta x Padrão Rodovia -Terra Firme - Subsolo. O primeiro padrão, predominou na região até a década de 50 do século XX e caracteriza-se pela sua organização às margens dos rios, com a exploração econômica da floresta. Já o Padrão Rodovia -Terra Firme - Subsolo tem como marco a implantação da rodovia Belém-Brasília na década de 50, portanto representa uma nova direção de ocupação da região, agora não ao longo dos rios, mas ao longo das rodovia, com atividades voltadas para a exploração econômica da terra firme (pecuária e agricultura) e do subsolo (atividades minerais).

É necessário frisar que uma série de condicionantes estavam colocadas para este novo momento de ocupação da região, sendo o principal deles a atração K nacional e internacional e o investimento em infraestrutura

(comunicação, transporte e energia).

### 3.1. As redes de infra-estrutura.

Na década de 50, inicia-se a implementação de projetos de integração da Amazônia. Inaugura-se a Belém-Brasília em 1955, cria-se a SPVEA (Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia - 1953), que viria a ser mais tarde a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e planeja-se a implementação de projetos particulares e públicos na região.

Com a construção da Belém-Brasília, inicia-se uma maior mobilidade populacional para a Amazônia em busca de terras devolutas, sendo a mesma responsável pelo surgimento de dezenas de vilas, povoados e cidades, o que agravou a problemática da luta pela terra.

Depois do Golpe Político-Militar de 1964, publica-se o Decreto nº 3.641 de 5 de janeiro de 1966, que visava evitar a improdutividade das terras, deixando livre a venda de terras devolutas, sem qualquer delimitação de área. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.780 de 27 de novembro de 1967, enquadrando a venda de terras devolutas do Estado nos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 10, que previa que a alienação de terras públicas só seria feita com a autorização da Assembleia Legislativa (para além de 1.000 ha.) e do Senado Federal (para além de 3.000 ha). E foi justamente nesse período, que se verificou a expedição de títulos falsos, que tornaram graves os conflitos de terras a partir do final da década de 60, causados, segundo Benedito Monteiro, pelo desvio do Cadastro de Terras do Estado:

*A não realização do levantamento ordenado e transferência desse acervo sem cautelas indispensáveis, permitiu que pessoas inescrupulosas com a conveniência de funcionários do próprio Governo manipulassem os livros de registros, os processos concluídos e em andamento, os talonários de canhotos e até títulos expedidos e não entregues às*

*pessoas interessadas, para fraudar e tornar irregulares os títulos de terras que fossem convenientes a meeiros ou mesmo às injunções políticas do momento (MONTEIRO: op.cit.:147)*

### 3.2. Os Planos de Desenvolvimento e a mobilidade da força de trabalho.

A partir do governo militar, são implantados planos nacionais de desenvolvimento. No período de 1967 - 1971 é estabelecido o Primeiro Plano Quinquenal de desenvolvimento que define os rumos da estratégia do governo baseado no *binômio* "segurança e colonização", que a coloca a necessidade de preencher o "vazio demográfico" para desenvolver e evitar a possibilidade da entrada de um movimento guerrilheiro na região.

*O I PND estabelecido no período de 1972 a 1974 pelo governo Médici* buscava desmobilizar a luta pela reforma agrária no Nordeste e através da colonização oficial preencher o "vazio demográfico" da região. Neste período é criado o PIN - Plano de Integração Nacional, em que o lema era *integrar para não entregar*. É o momento da abertura da Transamazônica e da implantação do projeto de colonização ao longo desta rodovia onde o Estado implanta agrovilas e ruropólis.

No período seguinte de 1974 a 79, implanta-se o *II PND* - plano de desenvolvimento Nacional e o *II PDA* Plano de Desenvolvimento da Amazônia, em que a tônica eram os pólos de desenvolvimento (agropecuários e minerais). É então estabelecido no ano de 1974 o *POLAMAZÔNIA*, que tinha por finalidade promover o aproveitamento da potencialidade agropecuária, agroindustrial e florestal em áreas prioritárias da Amazônia - áreas ou pontos que deveriam irradiar desenvolvimento para toda a região. A ênfase dada ao aproveitamento dos recursos do sub-solo na região irá provocar a implantação durante a década de 80 de grandes projetos minerais, no qual destacaremos dois no item a seguir, a UHE de Tucuruí e o PFC.

### 3.3. Os grandes projetos-territoriais.

A exploração de recursos minerais em grande escala configura uma nova fase na expansão da fronteira, caracterizando-se espacialmente segundo BECKER (1998).

- a) pela escala gigante da construção, da mobilização de capital e de mão-de-obra;
- b) pelo isolamento, implantando-se geralmente como enclaves, dissociados das forças locais;
- c) pela conexão em sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante;
- d) pela presença de núcleos urbanos espontâneos ao lado dos planejados, expressão da segmentação da força de trabalho qualificada/não qualificada.

Torna-se relevante frisar a importância da Fronteira Urbana que segundo Becker (*idem*) constitui a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipando à expansão de várias frentes. Na verdade a fronteira já nasce urbana como uma estratégia de ocupação utilizada pelo estado, resultante do movimento de milhares de migrantes que sustenta a expansão da fronteira. Nas décadas de 50 e 60, a maior parte do fluxo migratório era espontâneo, destinava-se ao norte de Goiás e sul do Pará, sendo formado por trabalhadores rurais, pequenos ocupantes posseiros e proprietários sem capital oriundos do NE. Já partir da década de 70 intensifica-se a apropriação privada das terras e o controle das terras virgens pelo governo. A migração passa então a ser induzida e orientada pelo governo e é acrescida de pequenos e médios produtores e pequenos investidores do Sul que se destinam para os estados de Rondônia e Mato Grosso. A base desse sistema se baseia na mobilidade do trabalho, e a importância da urbanização como instrumento de ocupação se relaciona assim a três papéis fundamentais exercidos pelos núcleos urbanos: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social (BECKER, 1988).

Os projetos implantados na região nas décadas de 50 a 80 do século XX concentraram-

se na Amazônia Oriental, mas especificamente nos Estados do Pará, Amapá e Maranhão (ver figura n. 3). Foram projetos rodoviários, com destaque para a Rodovia Transamazônica (que corta a região no sentido leste-oeste), rodovia Belém-Brasília (que interliga região com a capital federal, Brasília e o restante do país); projetos hidrelétricos, com destaque a UHE de Tucuruí, no estado do Pará, UHE de Coaraci Nunes, no estado do Amapá e Hidrelétrica de Balbina, no estado do Amazonas; projetos minerais, Albrás-Alunorte para o beneficiamento da bauxita em alumina e alumínio, no estado do Pará; projeto Alumar, no estado do Maranhão, para a produção de alumina; projeto Ferro Carajas da CVRD-Companhia Vale do Rio Doce, no estado do Pará; Projeto ICOMI, para extração de manganês na Serra do Navio no estado do Amapá; e a estrada de Ferro (caminho de ferro) de Carajás, que interliga a mina de Carajás ao porto de Itaqui, próximo a cidade de São Luís no litoral do estado do Maranhão.

Estes projetos ocasionaram vários impactos no território no que se refere a economia, ao meio ambiente e a sociedade local, dos quais podemos destacar os seguintes abaixo relacionados.

#### **A) No que se refere a economia e sociedade local;**

- . consolidaram o processo de concentração fundiária;
- . Intenso fluxo migratório para a região (migração inter-regional nas décadas de 50 a 80);
  - . Inchamento dos núcleos urbanos antigos e surgimento de novos.
  - . Aumento dos índices de pobreza urbana e rural;
  - . Emergência de conflitos entre os novos e os antigos atores;
  - . Emergência dos conflitos pela posse da terra;
  - . Intenso fluxo migratório para as áreas de garimpo (ex: Serra Pelada).

#### **B) No que se refere ao meio ambiente**

- . devastação e queima da floresta;
- . poluição dos rios;
- . inundação de floresta.



#### 4. A FRONTEIRA AMAZÔNICA NO CONTEXTO DO SÉCULO XXI.

Se nos anos de 1970, o que sustentou a fronteira foram os incentivos fiscais e a migração generalizada do país inteiro, esta induzida pelo governo federal, a partir da década de 90 a migração dominante passa a ser intra-regional, de um estado para o outro e, sobretudo, internamente na região.

A expansão das frentes passa a ser comandada por madeireiras, pecuaristas e sojeiros já instalados na região e que a promovem com recursos próprios. Não se trata mais, pois, de uma expansão subsidiada pelo governo federal, como foi a da fronteira nos anos de 1970. A expansão da fronteira hoje é bem diferente das décadas de 60 e 70 que foi planejada pelo Estado, pois, no século XXI é Comandada por foras globais (Becker, 2007).

Nesse sentido segundo Becker (2007) a Amazônia não é mais mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores.

No que se refere aos padrões de organização espacial existentes na região pode-se afirmar que os dois padrões permanecem presentes e de forma contraditória na região, um padrão ainda direcionado para o rio e outro direcionado para as rodovias. Podemos então concluir que a Amazônia do século XXI, os lugares possuem tempo diferenciados, e, portanto, organizações espaciais diversas.

A Amazônia do tempo rápido é representada por parte do território que vem sendo objeto de planejamento governamental, a partir da década de 50, com a implantação de redes de infraestrutura rodoviária, de energia, de comunicações e dos grandes projetos minerais instalados na Amazônia Oriental. Enquanto que na Amazônia Ocidental, predominam os lugares do tempo lento, do tempo dos ribeirinhos, da circulação fluvial, da diversidade cultural.

Uma questão importante para pensar a região hoje seria entender por que a região é continua a ser um território estratégico no século

XXI. Alguns dados são importantes, tais como os relacionados abaixo.

- α) A região possui: 20% de toda a água doce do planeta;
- β) 20 mil km de vias navegáveis;
- χ) 68 mil MW de potencial hidroenergético (53% do total brasileiro),
- δ) 350 milhões de hectares de florestas virgens, exuberante potencial pesqueiro (mais de três mil espécies) e agrícola (25 milhões de hectares de várzeas),
- ε) extraordinária biodiversidade;
- φ) a maior reserva mineral do planeta (ferro, bauxita, sal-gema, manganês, calcário, cobre, cassiterita, estanho, chumbo, níquel, ouro, nióbio, petróleo, gás, etc.).
- γ) respectivamente, o segundo e o terceiro maior produtor de gás natural e petróleo do país.
- η) grande reserva de biomassa - alternativa para um mundo pós-petróleo.

#### 2. Para não concluir

A Amazônia foi conquistada e ocupada pelos portugueses do século XVII a XIX, que utilizaram de várias estratégias de ocupação do território – as fortaleza, as missões religiosas, a política pombalina. Em seguida é a economia da borracha que consolida os contornos territoriais atuais da região. Este primeiro momento associa-se ao que Gonçalves denomina de padrão rio várzea floresta. Em um segundo momento muda-se radicalmente o conteúdo e forma de ocupação do território a partir da década de 50 do século XX, com a intervenção direta do estado brasileiro direcionando ações para a implantação de redes de infraestrutura viária, energética e de telecomunicações. Momento este caracterizado por um intenso movimento de migração inter-regional e a implantação de projeto agropecuários e minerais, o que caracteriza o padrão de organização do espaço direcionados agora para a rodovia terra firme e subsolo. No século XXI o espaço regional é então marcado pelas contradições socioeconômicas e ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento excludente. Neste sentido algumas ações são

urgentes para a região hoje tais como

a) Necessidade de melhorias das condições de Saúde, Educação, Saneamento básico, atividades geradoras de renda que atenda a diversidade socioambiental.

b) A Amazônia possui em torno de 25 milhões de habitantes (com diversas realidades socioculturais e ambientais): diversas "Amazônias". É necessário considerar a diversidades para as ações de intervenção na região;

c) Produzir para Conservar de acordo com a realidade da sociedade e natureza amazônica.

d) Resolver a questão fundiária (reforma agrária);

Nesse contexto a Amazônia constitui um campo fértil de possibilidades de pesquisas e estudos, e

a Geografia tem muito a contribuir, diagnosticar, avaliar e propor para a sociedade e o território amazônico. Assim sendo, propõe-se uma agenda de pesquisar para o geógrafo na região:

- α) Resgate da Geografia histórica;
- β) Estudos na linha da geografia Cultural;
- χ) Resgate e leitura de nossos clássicos (Geografia e Amazônia);
- δ) Estudos sobre o saber local das populações amazônica:
- ε) A formação das redes técnicas e sociais e os impactos no território.
- φ) A Geografia do Turismo e o Desenvolvimento local.
- γ) A Geografia Física a partir de uma leitura da sociedade e da natureza.
- η) A Cartografia e os Sistemas de Informação Geográfica (como instrumentos para leitura crítica – ensino e pesquisa).

### Bibliografia

ACEVEDO, R. E. A. M. "Histórico do povoamento da Amazônia brasileira". In: HÉBETTE, J. *et al.* (coord.). *Natureza, tecnologia e sociedade: a experiência brasileira de povoamento do trópico úmido*. Belém: NEA, 1985. pp. 14-20. (Série Documentos GIPCT).

BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1998. 112p. (Série Princípios, n. 192).

\_\_\_\_\_. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. São Paulo: Garamond, 2006.

BRAGA, T. "História da fundação das principais cidades do Pará, destacando os nomes de seus fundadores, o lugar dos primitivos estabelecimentos e seu nome indígena". In: *Apostilas de história do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1915. 83 p.

BRASIL. Anuário estatístico do Brasil, 1908-1912,

vol. 1 Território e População.

CORRÊA, R. L. "A periodização da rede urbana da Amazônia". *Revista Brasileira de Geografia-RBG-IBGE*, Rio de Janeiro, 49 (3): 39-67, jul./set. 1987.

FERREIRA, A. C. *Influência africana na Amazônia*. Lisboa: Instituto Internacional de Língua Portuguesa, 2007. 4 p.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MACHADO, L. O. *Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*. Barcelona, 1989. Tese (Doutorado), Universidade de Barcelona. 512 p.

REIS, A. C. F. R. "As fortificações da Amazônia no período colonial". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 344, jul./set 1984. p.

217-227.

\_\_\_\_\_. A política de Portugal no vale amazônico.  
Belém: SECULT, 2007.

\_\_\_\_\_. O seringal e o seringueiro. 2ª. ed. rev.  
Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Editora  
da Universidade do Amazonas, 1997. 297 p.

SALLES, V. O negro no Pará sob o regime da  
escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio  
Vargas, 1971.

VERGOLINO-HENRY, A.; FIGUEIREDO, A. N. A  
presença africana na Amazônia colonial. Belém:  
Arquivo Público do Pará, 1990.